PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota Introdutória

CARLA AYRES

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer formalmente às coordenadoras do projeto "Mulheres na Ciência Política", da ABCP, pela oportunidade de contribuir com essa pesquisa, especialmente à Professora Carla Almeida pelo convite direto para esta participação.

Além de contribuir com a transcrição da entrevista da Professora Gabriela Tarouco, realizei, diretamente, outras três entrevistas. A primeira delas foi realizada em meados de novembro de 2018 com a Professora Maria Teresa Kerbauy, no período noturno, por meio de chamada de vídeo de *Skype*, a critério dela própria.

Confesso que esta experiência já foi bastante enriquecedora em vários sentidos: o primeiro deles por me possibilitar entrar em contato mais direto com uma trajetória tão rica de contribuição à Ciência Política, e às Ciências Sociais de modo geral; além de também perceber, por meio deste contato, o quanto as experiências relatadas fazem parte de uma construção histórica que entrelaça as vivências individuais, a contribuição sociointelectual da Professora para o campo e o desenvolvimento acadêmico e científico no Brasil.

A Professora Teresa estava muito à vontade ao longo da entrevista e se demonstrou bastante interessada em contribuir para além das questões diretamente apresentadas a ela, de modo que encaminhou, posteriormente, materiais e artigos que pudessem subsidiar melhor detalhamentos das narrativas que apresentou.

Desejo a todos uma boa leitura e que o registro de memórias como estas nos possibilite, cada vez mais, valorizar os percursos de contribuição do ensino, pesquisa e extensão no Brasil, em especial levando em consideração o papel fundamental das mulheres nesta construção.

Auto-apresentação

MARIA TERESA MICELI KERBAUY

Doutora em Ciência Política pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), possuo pós-doutorado pelo Instituto de Iberoamerica, da Universidade de Salamanca, na Espanha. No CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), sou pesquisadora 1C e coordenadora do grupo de pesquisa "Estado e Governo" – e já fui membro do Comitê de Avaliação de Ciência Política, no período de 2010 a 2017, e coordenadora da área de Ciências Sociais, no período de 2015 a 2017. Atualmente, sou docente dos programas de pós-graduação de Ciências Sociais, de Comunicação e de Educação Escolar, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e de Ciência Política e Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possuo livros e capítulos de livros publicados, além de artigos em periódicos especializados e trabalhos em anais de eventos nacionais e internacionais. Meus temas de interesse são: poder local, processos eleitorais municipais, partidos subnacionais, participação política, políticas públicas e gestão pública.

Entrevista

Carla Ayres: *Bom dia, Teresa. A nossa entrevista está dividida em três blocos: o primeiro é sobre a sua trajetória na Ciência Política; o segundo, sobre a relação da sua trajetória acadêmica com a sua vida privada; e o terceiro é mais objetivo, é sobre as condições das mulheres na Ciência Política. Para começar, gostaria que tu contasses tua trajetória profissional: a formação, as tuas filiações institucionais, em que lugar deu aula...*

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Bom dia. Comecei fazendo o curso de Ciências Sociais na faculdade de Ciências e Letras de Araraquara que, na época, era um Instituto Isolado e depois se transformou na Unesp [Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"]. A disciplina inicial do curso de Ciências Sociais se chamava "Teoria do Estado", em uma referência da área da Política com o Direito. Eu possuía uma grande afinidade com o que chamamos de Ciência Política hoje – antes era Política. Durante a minha trajetória na graduação, fui aluna da Fanny Tabak, que foi uma das precursoras do feminismo no Brasil, fui sua monitora e monitora de Ciência Política. Como monitora, publicamos um boletim com seis números – saía um número por trimestre. E trabalhei, também, com outra precursora do feminismo no Brasil: Heleieth Saffioti. Assim que terminei a graduação, com 21 anos de idade, fui contratada pela própria universidade em Araraquara para trabalhar na faculdade de Ciências e Letras dando aula de Ciência Política. A Fanny voltou para o Rio de Janeiro e saiu da faculdade, a sua vaga permitiu a abertura de um concurso e fui selecionada e contratada. Ainda durante a minha graduação, em 1968, inicie uma pesquisa junto com uma colega Heloisa Michetti intitulada "A situação do ensino e da pesquisa de Ciência Política no Brasil", publicada em 1969, na Revista de Ciência Política do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas [FGV], do Rio de Janeiro. Esta pesquisa foi motivada pela criação da Associação Brasileira de Ciência Política [ABCP] que não produziu resultados efetivos. O objetivo da pesquisa era identificar um incipiente campo científico da política e como contribuir para a difusão de redes. É considerada a primeira pesquisa sobre a área de Ciência Política no Brasil e na América Latina por pesquisadores da história da disciplina.

CA: *Em que ano você entrou na faculdade?*

MTMK: Entrei em 1964, me formei em 1968 e em 1969 já estava dando aula na faculdade.

CA: *Como foi esse início de carreira nos primeiros anos da ditadura?*

MTMK: Foi difícil, eram momentos de muito controle na universidade. As referências bibliográficas utilizadas na época, para o Curso de Política, iam desde a indicação de obras marxistas como "Karl Marx"; "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", de Karl Marx; e o "Manifesto do Partido Comunista", de Marx e Engels. Também eram indicados os textos "A política como Vocação" e "Parlamento e Governo numa Alemanha reconstruída", de Max Weber e Ciência Política: "Teoria e Método" de Maurice Duverger... Era a literatura que se usava naquele momento para um curso de Ciência Política – que não se chamava Ciência Política, mas que estava se iniciando no Brasil como uma disciplina autônoma. Na realidade, havia muita resistência em relação à disciplina de Política no curso de Ciências Sociais, tanto que, na minha graduação, tive dois anos de Ciência Política. Foram

quatro anos de Sociologia, um ano de Antropologia e dois anos de Política. Havia as outras disciplinas, foram quatro anos de Filosofia, quatro anos de Economia, um ano de Matemática e três anos de Estatística. Enfim, era um curso mais prolixo, digamos assim, no qual a Política não tinha muita presença. Em 1970, houve a possibilidade de fazer o doutorado direto nos Institutos Isolados – eles já estavam programando para se transformarem em universidades –, mas não fiz, preferi ir para São Paulo fazer o meu mestrado na USP [Universidade de São Paulo] com o Luiz Pereira, que era a ligação que tinha com a Heleieth Saffioti. O meu tema – que é o tema da minha vida – era sobre o poder local. Na época, ele era muito mal visto na academia – especialmente pelos intelectuais que tinham uma vertente mais marxista –, por isso encontrei muita resistência. Nunca senti preconceito em relação ao fato de eu ser mulher, sentia em relação ao fato de estar estudando um tema que a academia não considerava importante. Mas, quando comecei, apesar da Cecília Forjaz ter começado comigo, trabalhei por 15 anos só com homens na área da Ciência Política, depois que comecei a encontrar mulheres. Durante o mestrado, tive um problema com o Luiz Pereira, motivo pelo qual me desliguei do programa da USP e fui terminar o mestrado na PUC [Pontifícia Universidade Católica] sob a orientação de Bolívar Lamounier – que fez parte da primeira leva de pessoas caçadas no Brasil e tinha acabado de retornar dos Estados Unidos. Costumo dizer que minha formação possui o lado A e o lado B (risos). Depois de toda uma formação na graduação e na pós-graduação da USP, na qual a vertente marxista era a mais importante, pude conhecer uma literatura específica da Ciência Política, ampliando os horizontes de conhecimento nesta área. A orientação de Bolívar foi muito importante para a minha formação em Ciência Política e para os estudos de poder local, tema da minha dissertação e do meu doutorado e de minhas pesquisas. O Bolívar é de Minas Gerais, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG], que tinha uma tradição em estudos de poder local e fez o doutorado nos Estados Unidos. Vinha de outra tradição intelectual. A minha dissertação de mestrado, defendida na PUC de São Paulo, intitula-se "Poder local: do clientelismo ao populismo (São Carlos, um estudo de caso)". E preciso esclarecer que os estudos de poder local na época da minha defesa de mestrado (1981) não possuíam valor como pesquisa acadêmica, não sendo considerado, em geral, um tema científico nas universidades brasileiras. Esta avaliação só vai se modificar após a Constituição de 1988, quando o município passa a fazer parte da federação brasileira e com a implementação de políticas públicas descentralizadas.

CA: *Em que ano você ingressou na USP e na PUC?*

MTMK: Ingressei na USP em 1971 e saí em 1978. Na PUC, entrei em 1979, concluindo o mestrado em 1981. Procurei novamente o Bolívar para fazer o doutorado, mas ele estava ocupado trabalhando com o primeiro s*urvey* eleitoral nacional, que foi realizado em 1982. Participei deste *survey*, mas foi necessária uma formação em métodos quantitativos para trabalhar com os dados estatísticos. Uma parte do texto da minha tese de doutorado, intitulada "A morte dos coronéis: política interiorana e poder local", defendida em 1991, pertence a pesquisa feita neste *survey* de 1982 realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) sob a coordenação do Bolívar Lamounier.

CA: *Defendeu o doutorado na PUC também?*

MTMK: Na PUC também.

CA: *Durante esse seu tempo de formação, você lecionava em Araraquara?*

MTMK: Sim. Só dei aula em Araraquara. Em 1972, me mudei para Bauru. Fazia a pós-graduação em São Paulo, não me afastei da faculdade e continuei dando aula em Araraquara. Por muito tempo,

lecionei em todos os cursos da área de Ciência Política de lá: Pensamento Político, Instituições Políticas Brasileiras, Teoria do Estado, Teoria Política... Durante a ditadura, foi aberto o curso de Estudos Sociais e havia algumas disciplinas da área de Ciência Política como Organização Política e Geopolítica do Brasil. Dei aula nesse curso também.

CA: *E deu aula em mais outros cursos, ou só no de Ciências Sociais?*

MTMK: Na graduação só no curso de Ciências Sociais. Na realidade, só trabalhei em outros cursos quando fui credenciada em outros programas de pós-graduação na década de 1990.

CA: *Você deu aula em quais cursos de pós-graduação?*

MTMK: No programa de pós-graduação em Ciências Sociais da FCL [Faculdade de Ciências e Letras] da Unesp dei um curso de Políticas Públicas e Cidadania e, atualmente, dou o Seminário de Pesquisa para o doutorado e mestrado, no programa de pós-graduação em Educação Escolar da FCL/Unesp; dou aula de Gestão e Política Educacional, no programa de pós-graduação em Comunicação da FAAC [Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação] também da Unesp, ofereço a disciplina de Política e Gestão da Comunicação. Também estou vinculada aos programas de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade e ao programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos [UFSCar].

CA: *Você se envolveu com questões administrativas do curso como coordenação, colegiado nessa tua passagem por Araraquara?*

MTMK: Tive vários cargos: fui chefe de departamento por duas vezes, coordenadora da pós-graduação em 1998, representante no Conselho da pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp, articuladora dos cursos de Ciências Sociais da Unesp. Representante no Conselho de pós-graduação em Ciência Política da UFSCar. Mais recentemente, fui membro do Comitê Assessor do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] de Ciência Política e coordenadora da área de Ciências Sociais do CNPq. Fiquei durante sete anos no CNPq, de 2009 a 2016.

CA: *Em seu período de formação, mestrado e doutorado, chegou a ter bolsa sanduíche, ir para fora do país? Existia isso, como era?*

MTMK: Não. Durante o mestrado e doutorado não havia esta bolsa e os financiamentos para o exterior eram mais raros. Eu também tinha a família (três filhos pequenos e marido) que tornavam difícil a minha saída. Em 2011, fiz um estágio de pós-doutorado em Salamanca, no Instituto Iberoamérica. Fiquei 60 dias. Durante este estágio passei a fazer parte do grupo de partidos políticos da Alacip [*Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*], que estava no início de sua formação Fora isso, sempre participei de vários congressos tanto nacionais, quanto internacionais e conheci muitos pesquisadores com o quais mantenho interlocução. Minha experiência no exterior tem mais a ver com congressos do que com a permanência em alguma universidade.

CA: *E nessas suas relações, você já coordenou algum grupo de estudo ou de pesquisa interinstitucional, ou só em Araraquara?*

MTMK: Tenho algumas relações que foram se formando e alguns grupos que foram acontecendo nesses períodos. Tenho um grupo de pesquisa aqui em Araraquara, cadastrado no CNPq, chamado "Estado e Governo" e participo de outros grupos de pesquisa. Participei de um projeto coordenado pelo Albertino Rodrigues, da UFSCar, intitulado "Cidades Médias Paulistas", financiado pela Finep

[Financiadora de Estudos e Projetos]. Também financiado pela Finep participei do projeto "Violência e Segurança Pública no estado de São Paulo", coordenado por Sueli A. Felix da Unesp, *campus* de Marília. Participei do projeto temático coordenado por Rachel Meneguello da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], que terminou em abril de 2018, que pesquisou a "Organização e representação dos partidos no estado de São Paulo". Participei de outro temático coordenado por Maria do Carmo Campello de Souza, da USP, e por Oswaldo Truzzi, da Universidade Federal de São Carlos, sobre imigração no interior do estado de São Paulo. Atualmente, participo de um projeto de pesquisa, financiado pela Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], coordenado por Danilo Rothberg da FAAC/Unesp intitulado "Comunicação e Memória na governança da água". Participei dos *surveys* eleitorais nacionais do Eseb [Estudo Eleitoral Brasileiro] de 2002, 2006, 2010, 2014 realizados pelo Cesop [Centro de Estudos de Opinião Pública] da Unicamp e coordenado por Rachel Meneguello. O Eseb é vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project* [CSES] coordenado pela Universidade de Michigan. Também participei de projetos de pesquisa financiado pelo CNPq e coordenado pelas docentes da UFSCar Maria Cristina P. I. Hayashi e Camila C.D. Rigolim.

CA: *Você falou que o tema da sua vida é a questão do poder local. Esse sempre foi o tema que pesquisou, ou teve alguma ida e vinda? Como foi?*

MTMK: Não, foi sempre esse o tema. Com o período de redemocratização, ele começou a ganhar projeção por conta da Constituição de 1988, com a perspectiva da descentralização, das políticas públicas, da participação e do município passar a fazer parte da federação, ganhando autonomia. Muitos que antes da Constituição consideravam um tema que não deveria fazer parte de pesquisas acadêmicas passaram a trabalhar com ele e com a questão do governo local. Diante da projeção que o tema passou a ter, o meu trabalho passou a ser considerado pelos pares. Quando ele passou a ser importante, a partir da Constituição de 1988, eu já trabalhava com o tema desde a minha graduação – de 1965 a 1968 –, ou seja, possuía experiência e um acúmulo de pesquisas realizadas. Fui credenciada na pós-graduação em Araraquara em 1981. Havia acabado de defender o mestrado, não tinha o doutorado e já comecei a orientar dissertações que eram defendidas nessa área, portanto possuía um acúmulo de conhecimento na área quando o tema se tornou importante. O meu enfoque atual está ligado às eleições municipais e à organização dos partidos no nível subnacional e ao papel das Câmaras Municipais.

CA: *Quando foi para USP, você disse que sentia mais dificuldade em relação ao tema, em relação à não legitimidade que ele tinha, do que pelo fato de ser mulher. O que as mulheres, estavam pesquisando em Ciência Política?*

MTMK: Quando fui para a USP, a área da Ciência Política ainda estava se consolidando – o Luiz Pereira não era da área da Política, o que também foi uma questão para mim. O Francisco Weffort, o Fernando Henrique Cardoso, o Leôncio Martins Rodrigues, o Oliveiros Ferreira eram nomes expressivos na época. Algumas pessoas, como a Ruth Cardoso e a Eunice Durhan estavam saindo da Antropologia e se encaminhando para a Ciência Política. O Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento] ainda estava sendo organizado. Era um momento de organização e consolidação dos temas da área. A Ciência Política ainda não tinha adquirido o *status* de Ciência na academia brasileira e a importância que tem hoje nas discussões sobre a democracia, sobre a questão institucional, partidos, sobre o tema da representação e da participação e políticas públicas Estes temas não eram tratados como temas da Ciência Política. Estavam incorporados na Sociologia e na Sociologia Política, no Direito e na Administração. Quando passei para a orientação do Bolívar Lamounier é que iniciei a minha formação em Ciência Política. Na USP, fiz um curso ministrado pelo Weffort – que era muito

famoso – sobre Gramsci, Althusser, Poulantzas e um dos meus problemas com o Luiz Pereira foi porque ele queria que eu operacionalizasse os conceitos do Poulantzas para o estudo de poder local, o que fugia do escopo da linha da minha pesquisa. Outro curso que fiz muito importante com o Weffort foi sobre o pensamento político brasileiro, que também não era uma tradição na Ciência Política. Havia alguns historiadores e sociólogos que trabalhavam com Pensamento Social, ou a História do Pensamento Político no Brasil, mas não era algo muito comum. Esse curso do Weffort, me colocou em contato com Tavares Bastos, com autores do final do Século XIX e começo do Século XX. Por estar na área de Sociologia, fiz cursos mais temáticos dentro dessa área. O Luiz Pereira, por exemplo, trabalhava com Sociologia do Desenvolvimento e, por conta disso, fiz um curso sobre Sociologia do Desenvolvimento e Tipologias Sociológicas. Fiz outro sobre sindicato com o Leôncio Martins... Era o que estava disponível no programa. Na realidade, o programa não era nem de Sociologia, nem de Ciência Política, nem de Antropologia, mas era de Ciências Sociais. Portanto, tive tanto uma formação fortemente calcada em uma bibliografia marxista de várias vertentes que o Luiz Pereira utilizou nos seus dois cursos – tanto no de Sociologia do Desenvolvimento, quanto no de Tipologias –, quanto da literatura mais institucionalista específica da Ciência Política com o Bolívar – que já trabalhava com o tema dos partidos, comportamento eleitoral e *surveys* eleitorais, regimes políticos e outros mais específicos da área.

CA: *Quais influências de obras, autores e de teorias você destaca em sua trajetória?*

MTMK: O Vitor Nunes Leal foi fundamental para o desenvolvimento do meu trabalho, pois me fez pensar e repensar a questão do poder local, de como, a partir de 1945, o poder local tinha se modificado. Refleti sobre como trabalhar com as questões importantes do Brasil, tendo toda uma preocupação de como as relações sociais e as relações políticas se dão em nível local; em como trabalhar com a questão do coronelismo, do clientelismo, do mandonismo, do patrimonialismo, das elites familiares locais, enfim dos temas e conceitos que definiam e definem a questão do poder local. A leitura do Vitor Nunes Leal, hoje, foi naturalizada e isso me incomoda muito. Incomodava e ainda me incomoda a forma como os conceitos utilizados na obra de Victor Nunes – tais como coronelismo, mandonismo, ou clientelismo – são usados até hoje. Tenho problemas com isso quando digo que o clientelismo não é mais o mesmo e sofreu modificações com as transformações políticas e sociais do país. Aliás, em minha tese de doutorado abordo que houve uma modificação, uma transformação naquilo que o Vitor Nunes Leal escreveu sobre o coronelismo, mas a avalição dos pesquisadores da área é de que o coronelismo tal como foi definido na obra de Victor Nunes não sofreu modificações. Isso é algo que sinto muito na Ciência Política. Há uma naturalização dos conceitos e da interpretação sobre a sociedade brasileira, que mudou radicalmente nestes anos todos. De 1970 a 1990, houve uma pequena mudança na sociedade; contudo, de 1990 até hoje, houve uma mudança radical, mas parte dos pesquisadores continuam olhando pelo retrovisor e não para frente.

CA: *É como se os conceitos fossem estáticos.*

MTMK: Exatamente. Por isso chamo de naturalização. É como se o conceito de clientelismo fosse aquele mesmo utilizado na década de 1940. Só para ter uma ideia, o primeiro trabalho que desenvolvi sobre Câmaras Municipais foi em 2004, uma sugestão da Rachel Meneguello para que eu fizesse uma sistematização sobre dados de câmaras municipais e que foi publicado na Revista Opinião Pública. Apresentei esse trabalho na Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] e a crítica que recebi foi: "Não sei por que você trouxe esse trabalho sobre Câmaras Municipais, isso não tem valor nenhum, câmara municipal não serve para nada no Brasil". Fiquei sem fala e pensando o que responder para o avaliador quando a Maria Hermínia

Tavares de Almeida defendeu o meu trabalho, dizendo que o meu tema deveria sim ser estudado pelos pesquisadores da Ciência Política brasileira. Isso ocorreu em 2004, não há anos. Com as transformações que o governo local, o poder local e a própria competição política/eleitoral local estavam sofrendo e com o papel que as Câmaras Municipais passaram a desempenhar, a academia, através de alguns representantes, continuavam a desconsiderar o tema do poder local e do governo local. Muitos podem dizer que foi pelo fato de eu ser mulher, que se fosse homem talvez a crítica não acontecesse. Mas não vejo assim. Creio muito mais que o preconceito foi contra o tema do que contra o fato de ser mulher.

CA: *Você falou que mudou um pouco o respeito em relação ao tema. Mas você ainda acha que ele é negligenciado?*

MTMK: Ainda é, mas a agenda de pesquisa que propus no primeiro artigo sobre o tema produziu resultados. Hoje é um tema que é considerado importante para os estudos do legislativo e tem sido pesquisado por muitos mestrandos e doutorandos e por projetos de pesquisa de pesquisadores *seniors*. Minha intenção era fazer a pesquisa com todos os vereadores do Brasil. A partir da pesquisa que fiz para a Unicamp, considerei as dificuldades para pesquisar os 55 mil vereadores que o Brasil possui. Quando entrei nesse projeto da Unicamp, financiado pela Fapesp, a ideia era fazer uma pesquisa sobre os vereadores do estado de São Paulo e a minha parte era sobre os partidos nas Câmaras Municipais. Montamos, para isso, uma amostra razoável de 400 entrevistas. Uma das minhas considerações era a de que as Câmaras Municipais já não se norteavam tanto pelo clientelismo, mas havia uma atuação mais programática, mais ideológica por conta, inclusive, dos partidos do espectro de esquerda, como o PT, que tinham outras proposições para a atuação de seus representantes nas Câmaras Municipais. Quando apresentei a pesquisa do temático, na Alacip de 2017, o meu comentador disse: "Você não consegue me convencer dessa mudança, a atuação dos vereadores continua sendo clientelista do mesmo jeito, não mudou nada". Mas esse tipo de trabalho começou a crescer. Há várias pesquisas, que conheço sendo desenvolvidas ou que já foram desenvolvidas em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Salvador, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Apesar de as metodologias não serem as mesmas, já é possível fazer comparações. Em 2005, participei de um projeto da Interlegis que possuía um financiamento do PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] para a realização de uma pesquisa sobre Câmaras Municipais, mas a minha participação e da Rachel Meneguello não foi até final da pesquisa. Posteriormente, participamos de uma conferência na Escola do Legislativo da cidade de São Paulo com a responsável no senado, pela pesquisa. Como tínhamos os dados sobre a estrutura administrativa, fizemos uma avaliação da pesquisa, porém ela nunca foi publicada. Também trabalhei na Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo ministrado três cursos sobre Sistemas Partidários e Sistemas Eleitorais.

CA: *E quando foi?*

MTMK: Em 2011, 2009 e 2007. Agora estou trabalhando em um convênio que a Unesp tem com o Ministério Público – me aposentei, mas continuo na universidade. Ministrei um curso em 2017 e agora, em 2019, vou ministrar outro, pois fizeram uma demanda específica sobre a questão local. Aprendi muito, porque a ideia do Ministério Público é a de que eles são os garantidores do direito e o município é o espaço no qual você garante os direitos. É superinteressante a visão deles sobre o município.

CA: *Então você está aposentada.*

MTMK: Sim. Aposentei em 1998, uma semana antes da primeira reforma do Fernando Henrique Cardoso.

CA: *Ou seja, de 1998 para cá, você é colaboradora nos Programas.*

MTMK: Não, sou permanente. Eu tinha tempo, mas não idade na época da aposentadoria. Em virtude das reformas que iriam acontecer, achei melhor me aposentar. Em 1998, ainda era chefe de departamento e havia uma legislação na universidade que me permitia terminar o mandato. Terminei em 1999 e me tornei professor permanente em três programas: no das Ciências Sociais de Araraquara – que era Sociologia e virou Ciências Sociais; no de Educação também de Araraquara; e no Programa de Comunicação de Bauru. Sou permanente nos três programas e colaboradora nos programas de Ciência Política e de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Federal de São Carlos. No ano de 2010, a área de Ciência Política de Araraquara resolveu propor um curso de mestrado profissionalizante de Gestão das Instituições e me convidou para participar. Aceitei com a condição de que o vínculo fosse institucional, e não como colaboradora. Eles aceitaram e fui recontratada durante seis anos. Esse contrato é especial na universidade, só para dar aula na pós-graduação e, infelizmente, o programa não saiu, porém o contrato foi renovado. Como a Ciência Política perdeu muitos professores, eles pediram a minha colaboração na graduação. Com isso, ano passado dei dois cursos com 50 alunos em cada um: o curso de Ciência Política e Pesquisa, no primeiro semestre, e o curso de Sistema Partidário e Sistema Eleitoral, no segundo. O contrato venceu em fevereiro de 2018, mas não quis renovar. Agora estou só na pós-graduação.

CA: *Só para terminar esse primeiro bloco da trajetória, No mestrado, no doutorado, graduação você contou com algum apoio financeiro nas pesquisas? Tinha alguma bolsa?*

MTMK: Sim, tive durante o mestrado e doutorado na PUC. Era uma bolsa de demanda social, que permitia acumular com o salário, e que cobria a mensalidade da PUC. Foi o que tive. Mas, sou bolsista produtividade desde 1996.

CA: *Do CNPq?*

MTMK: Do CNPq. Comecei no nível 2, passei para 1D e nessa última avaliação fui promovida para 1C.

CA: *E, hoje, você está com quantos orientandos, mais ou menos?*

MTMK: Uns 10, 12, mais ou menos.

CA: *Na pós?*

MTMK: Sim. Também tenho orientandos na iniciação científica. Tenho quatro orientandos.

CA: *E todos eles têm bolsa?*

MTMK: Dois com bolsa do Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica].

CA: *Na iniciação científica. E os da pós, têm bolsa?*

MTMK: Quase todos têm. Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], CNPq, Fapesp... A Larissa, que está terminando, é bolsista Fapesp. Já tive orientação de iniciação científica, de mestrado, doutorado e de pós-doutorado da Fapesp.

CA: *A questão das publicações, nem vou questionar quantas, são muitas! Livros, artigos...*

MTMK: Livros, não tenho muitos. Tenho o livro que é a tese de doutorado e algumas coletâneas que organizei. Artigos, tenho bastante! Muitos publicados em revistas indexadas e "qualizadas". O artigo sobre as Câmaras Municipais, de 2004, que está publicado na Opinião Pública, é bastante consultado.

CA: *No começo da nossa conversa, quando lhe perguntei sobre a bolsa sanduíche, você disse que nem dava por ter marido e filhos. Esse segundo bloco de perguntas está mais focado nessa relação entre a trajetória acadêmica e a vida privada. Você consegue identificar como e se a sua trajetória profissional foi afetada pela vida privada, ou se a vida privada foi afetada, e em que medida, pela vida profissional? Como foi essa relação?*

MTMK: Não sei se foi afetada. Eu tinha uma dimensão exata de que não poderia participar de muitas atividades por ter três filhos. Vim morar em uma cidade em que não tinha parente algum, não havia família perto, só podia contar com meu marido. Esta era uma consciência que eu tinha, que só poderia desenvolver mais minha carreira depois que meus filhos crescessem, saíssem de casa, fossem estudar fora. Isso sempre foi muito claro. Não foi abrir mão da carreira, foi uma questão de saber quais eram os limites que possuía como mãe e como esposa para o avanço da carreira. Muitas coisas eu achava que não poderia fazer, porque precisava dar atenção para a minha família; mas não acho que interferiu, acho que foi uma escolha. Durante certo tempo, escolhi cuidar da minha família e manter a carreira, pois a mantive: fiz mestrado, fiz doutorado, ia toda semana para São Paulo... Só não deslanchei na carreira e na produção imediatamente, mas foi uma escolha. Uma escolha que você tem que fazer se quer combinar e ajustar as duas coisas.

CA: *Você mudou para Bauru por conta do casamento, ou não?*

MTMK: Foi por conta do casamento. Casei muito nova, com 21 anos.

CA: *Logo que entrou na faculdade?*

MTMK: Não, depois. Me formei em 1968 e casei em 1969. Tive filhos cedo, um ano depois. Meu marido é formado em engenharia pela USP de São Carlos e, na época, ele veio trabalhar em Bauru. Vim com ele e foi quando comecei a viajar para Araraquara. Tive muito apoio do meu marido, ele sempre me apoiou em todas as minhas andanças, em todas as minhas atividades, em todos os momentos em que precisei. Meu marido é filho de árabes e dizem que a tradição árabe é a mais machista, mas não tive isso em relação a ele, sempre tive muito apoio na minha trajetória acadêmica.

CA: *Ele trabalha na academia também?*

MTMK: Não, ele tem uma construtora.

CA: *São campos bem diferentes.*

MTMK: Sim, bem diferentes. Tem duas diferenças: a origem e a profissão.

CA: *Quantos filhos você tem?*

MTMK: Tenho três filhos.

CA: *O nascimento deles é próximo?*

MTMK: Eles nasceram com diferença de dois anos entre um e outro. Um nasceu em 1970, outro em 1972 e outro em 1975.

CA: *Todos no período do seu mestrado.*

MTMK: Todos no período do meu mestrado.

CA: *E essa relação que você relata como tranquila da sua vida privada e profissional, você percebe da mesma forma com outras colegas da área da Ciência Política? Essa sua liberdade, ou essa sua escolha, tem diferença dos seus colegas homens?*

MTMK: O que sinto na academia, hoje mais ainda, é uma competição muito grande. As pessoas estão mais focadas no prestígio do que nas relações familiares, nas relações pessoais. Hoje, especialmente, há uma ansiedade em relação à universidade que acaba interferindo na vida privada. As pessoas levam os problemas da universidade, daquele ambiente que é extremamente competitivo, para a sua vida pessoal e isso acaba interferindo na vida privada. No meu caso, creio que o fato de não morar em Araraquara me ajudou muito – se bem que há pessoas que moram em São Paulo e possuem problemas. Costumo dizer que, quando atravesso o rio Tietê – que corta o estado de São Paulo–, os meus problemas de Bauru ficam em Bauru e, quando volto, os problemas de Araraquara ficam em Araraquara (risos). Mas isso varia de acordo com a personalidade de cada um. A universidade é um lugar de muitos conflitos, de muita competição. É importante não deixar estas questões interferirem na vida pessoal.

CA: *E nessa competição, você visualiza alguma coisa relacionada às questões de gênero ou é mais pelo campo?*

MTMK: Em algumas áreas têm a questão de gênero sim. A Ciência Política tem, mas já teve muito mais preconceito em relação à mulher como cientista política. Quando comecei a minha docência só havia eu de mulher e eram cinco homens. Uma imagem de que mulher não poderia ser uma cientista política, pois não teria capacidade para uma reflexão mais complexa sobre a política. Hoje talvez menos, porque há um número maior de mulheres formadas na área; mas creio que ainda é uma das áreas com menos mulheres das Ciências Sociais. A Sociologia, a Antropologia tem mais mulheres.

CA: *Dentro das Ciências Sociais...*

MTMK: Mesmo na Economia tem mais mulheres. A Ciência Política ainda é uma área com menor número de mulheres.

CA: *E você acha que há uma herança de que as mulheres não pensam o público, não pensam as questões hards?*

MTMK: Acho que sim. "As mulheres não teriam capacidade de compreensão da atividade política", "as mulheres não conseguiriam entender a política e não teriam capacidade de reflexão sobre a atividade política". Creio ser isso que, em geral, as pessoas pensam, mesmo na universidade. Você pode observar, quantas mulheres são chamadas para dar entrevista na rádio, na televisão sobre questões políticas? A maioria é de homens. Quando as mulheres são chamadas, mesmo que seja uma entrevistadora, ela olha para a mulher com alguma desconfiança.

CA: *Aquela incapacidade da vida social se reflete no nosso campo.*

MTMK: E em várias áreas nas quais a participação da mulher é minimizada. Por exemplo, na representação política.

CA: *Entrando mais nessas questões sobre o nosso campo, como você avalia esses caminhos da Ciência Política nas últimas décadas? O que você visualiza que mudou, já que está desde quando não era um campo tão consolidado e, hoje, inclusive, já temos a ABCP e várias coisas?*

MTMK: Se for olhar para trás, quando comecei, a denominação "cientista política" não existia, quanto muito a denominação era de "professora de teoria política". Os estudiosos da Política eram vistos como ensaísta e a Política não era considerada ciência. É só quando um grupo de docentes da Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG] vai para o Estados Unidos... Você sabe dessa história?

CA: *Não, não sei.*

MTMK: A Fundação Ford, durante a ditadura militar, queria levar uma série de cientistas políticos brasileiros para fazer estágios nos Estados Unidos. Apresentaram a proposta para a USP, que não aceitou realizar o convênio. Assim, apresentaram a proposta para a Federal de Minas que aceitou o convênio. Alguns pesquisadores que participaram deste projeto foram fundamentais para a consolidação da Ciência Política brasileira tal como a conhecemos hoje: Bolívar Lamounier, Olavo Brasil de Lima Junior, Vilmar Evangelista Faria, Fábio Wanderley Reis, todos com tese de doutorado defendida em universidades americanas. Também trabalhei com Tocary de Assis Basto, um docente/pesquisador que foi da Federal de Minas e que tinha uma formação mais *hard* em Ciência Política. Por um problema pessoal, ele saiu de lá e veio trabalhar em Araraquara. Fizemos várias pesquisas juntos, na década de 1970, inclusive uma para a Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo sobre a gestão municipal, no estado de São Paulo. Depois, participei com o Albertino Rodrigues, que estava contratado pela Universidade Federal de São Carlos, em 1982, de uma grande pesquisa financiada pela Finep sobre os municípios médios do estado de São Paulo. Estas experiências foram importantes para a minha formação em Ciência Política e para o entendimento de como a área estava se consolidando. A influência da Ciência Política americana foi muito grande em algumas universidades brasileiras. Os modelos e teorias americanos de análise política foram transportados para o país, muitas vezes sem levar em conta as especificidades do nosso sistema político.

CA: *Sem contextualizar.*

MTMK: Sim. Toda a discussão, a quebra da polarização PT e PSDB, nas eleições de 2018, já era perceptível desde as eleições municipais de 2012, 2016, mas nenhuma atenção foi dada a este fato pelos intérpretes nacionais da Ciência Política brasileira. Ninguém deu atenção a esta mudança, porque para um número significativo de pesquisadores, "as eleições municipais não têm influência nas nacionais, porque são realizadas em um ciclo diferente das eleições estaduais e federais". "A análise da eleição federal que coordena os outros níveis é que é importante". A eleição municipal de 2016 já apontava para a alta fragmentação partidária e a perda do papel do PT e PSDB na escolha do eleitor. Os cientistas políticos brasileiros não deram a devida importância a este fato. Se tivessem observados com maior atenção essa mudança, talvez o resultado de 2018 teria sido diferente. Os cientistas políticos continuaram apostando que a polarização PT e PSDB iria acontecer, que a televisão teria importância fundamental, assim como os partidos que compunham o centro. Tudo aquilo que vinha acontecendo, já estava se mostrando no nível local e não foi dada a importância

devida pelos estudiosos do comportamento eleitoral, do sistema partidário brasileiros. Em 2018, explodiu.

CA: *Parece que é surpresa.*

MTMK: Parece que é surpresa. A utilização do modelo do sistema partidário americano, do funcionamento do legislativo aplicado no Brasil, não leva em conta algumas questões fundamentais para o entendimento do caso brasileiro, tais como o federalismo, a questão regional, o número de partidos, as regras partidárias e eleitorais. A fragmentação partidária já era grande desde 2010 e no nível municipal desde 2008. O consenso era de que o PT e o PSDB são os dois únicos partidos nacionais que determinam como se dá a coordenação do processo eleitoral no nível estadual e no nível municipal, e como o municipal é um ciclo diferente não contava para a análise das eleições federais. Creio que essa influência acabou bloqueando um olhar mais detalhado sobre a realidade brasileira.

CA: *Você acha que é uma visão colonial do pensamento?*

MTMK: Não acho que seja colonial, não gosto muito dessa expressão colonial. A impressão que fica é de falta de autonomia dos pesquisadores brasileiros nas suas interpretações sobre as instituições do país. Essa história do colonial, olho com um pouco de cuidado. Acredito que tem mais a ver com a forma como a Ciência Política se consolidou no país, na sua vertente mais institucional, *hard* e quantitativa. A sua vertente culturalista ficou um pouco de lado, assim como as pesquisas qualitativas. A questão metodológica é um fator crucial nesta discussão. A perspectiva institucionalista foi importante para consolidar a Ciência Política no Brasil, mas ela acabou produzindo interpretações que não levou em conta as especificidades do sistema partidário, do sistema político brasileiro e dos níveis subnacionais.

CA: *Como você coloca a tua participação como professora e como pesquisadora nessa trajetória da Ciência Política e desse desenvolvimento da disciplina nesse processo?*

MTMK: Considero que foi uma trajetória significativa na introdução de uma agenda de pesquisa que praticamente não existia no país. No que diz respeito ao tema do poder e da governança local e à minha contribuição no curso de Ciências Sociais de Araraquara, considero que foi importante. Foi importante porque trouxe novos autores, novos temas, novas metodologias, introduzindo a pesquisa quantitativa com muitas dificuldades, já que houve, e tem ainda, muita reação contrária em relação à pesquisa quantitativa, pois só se falava em pesquisa qualitativa. Introduzi metodologias específicas para a análise dos eventos políticos, dos fenômenos políticos no nível subnacional. Foi uma pequena contribuição que dei no meu local de trabalho e uma contribuição um pouco maior por conta do tema com o qual trabalhei desde que terminei minha formação na graduação.

CA: *Essa questão do método quantitativo tem uma tradição muito ligada à escola Norte-Americana?*

MTMK: Tem. Mas se você trabalhar com os modelos de estatística analítica, vai para uma vertente que também perde um pouco o foco. Por exemplo, se for trabalhar com s*urvey* eleitoral, vai trabalhar com frequência, com amostragem, com uma estatística mais descritiva talvez. Ela é importante, porque os métodos qualitativos têm pouca sofisticação. Há métodos qualitativos mais sofisticados, existem áreas nas universidades que já trabalham com isso, mas, em geral, a sua análise é muito simplificada, porque – e essa é uma avaliação minha, muito pessoal – é um problema na Ciência Política, pois só vai para esses métodos mais *hard* quem tem uma formação em estatística e em modelagem matemática mais adequada. Acredito que pelas dificuldades que alguns

pesquisadores possuem de trabalhar com a matemática e a estatística, por uma deficiência na sua formação, é mais fácil trabalhar com um método qualitativo simplificado do que trabalhar, mesmo que seja uma estatística mais descritiva, com a análise dos dados numéricos. Há sim uma Ciência Política mais *hard*, mais sofisticada que trabalha com métodos e com modelos matemáticos. Mas há, também, uma Ciência Política que trabalha com métodos quantitativos que não são tão sofisticados quanto esse. Hoje, há inúmeros *softwares* de análise qualitativa que permitem uma análise mais aprofunda dos dados. Se bem que, hoje, para ser aceito em um determinado nicho da Ciência Política, é preciso trabalhar com a metodologia quantitativa.

CA: *E nessa área específica dentro do campo, pensando a questão do método quantitativo, a elaboração, a abstração matemática que, às vezes, é exigida nessa linha, você vê algum problema relacionado a homens e mulheres?*

MTMK: Não sei. Conheço muitas mulheres que trabalham com métodos quantitativos *hards* e não vejo nenhum preconceito contra as mulheres por trabalhar com métodos qualitativos. Existem importantes docentes mulheres que trabalham com métodos quantitativos tanto na USP, quanto na Federal de Minas, na Federal do Rio Grande do Sul, na Federal de Pernambuco... Talvez as mulheres tenham um pouco mais de dificuldades em consolidar sua posição na Ciência Política, mas os espaços estão se abrindo, especialmente por conta da participação mais ativa das mulheres na busca de seu protagonismo na ciência e na política.

CA: *Você apontou que não vê muita dificuldade em relação aos homens e mulheres no campo. Pensando especificamente, como que você vê a sua condição de mulher na Ciência Política brasileira?*

MTMK: Vou falar algo que talvez possa parecer pretensioso, mas, como mulher, pude contribuir para que determinados temas da Ciência Política pudessem ser avançados. Acho que minha trajetória na Ciência Política, como mulher, aponta para uma trajetória de contribuição para o desenvolvimento e consolidação de uma área da Ciência Política no Brasil.

CA: *Inclusive em mostrar coisas novas, de desafiar.*

MTMK: É, neste sentido de desafiar, de começar com um tema que não era considerado da academia, de procurar conhecer outras realidades. Hoje tenho trabalhado com algumas questões relativas aos estudos comparados com a América Latina. Já visitei quase todos os países daqui para conhecer a realidade deles: com o que eles trabalham, como trabalham a questão política no nível subnacional que hoje tem uma discussão muito forte na América Latina. Também a questão dos sistemas multiníveis. Isso para avançar no entendimento da realidade brasileira a partir do que acontece na América Latina. Acho que trazer esses temas é sim uma contribuição. O último projeto que mandei para o CNPq abarca a questão dos partidos multiníveis no Brasil. Há uma discussão muito intensa na América Latina sobre o papel dos sistemas partidários multiníveis para o entendimento do sistema político nacional. Fui trazendo esses temas para as minhas pesquisas, para as minhas apresentações em congressos internacionais e nacionais pretendendo contribuir para os estudos comparados e para o avanço desta agenda de pesquisa.

CA: *Só pra insistir mais um pouco nisso, você acha que enfrentou alguma situação difícil no exercício da sua profissão, nessa trajetória toda, por ser mulher?*

MTMK: Houve alguns momentos, no início da carreira, em que alguns colegas, como eu era muito jovem, comentavam assim: "Ah, essa menina está começando a carreira agora" – acredito porque era impensável para os homens que estavam dando aula de Ciência Política aceitar uma jovem

mulher nesta área quase exclusivamente de homens. Mas nada que tenha me deixado deprimida ou que fizesse pensar em desistir da área, sempre achei que fazia parte das dificuldades da carreira em uma área de baixa participação feminina. Entrei jovem, era mulher em uma área que não tinha quase mulheres. Durante muitos anos fui a única mulher na área de Ciência Política, no curso de Ciências Sociais, da Unesp de Araraquara. Só no começo de 2000 é que docentes mulheres passaram a fazer parte da área. Além do preconceito, poucas mulheres optavam por seguir carreira na área. Sinto que mesmo os meus colegas homens, hoje, têm respeito por mim, não sinto problemas em relação a isso.

CA: *Como você percebe a importância que essas temáticas de gênero têm adquirido no mundo do trabalho, em geral, nas instituições, na Ciência Política? Por exemplo, a própria discussão das cotas, a discussão muito forte dos assédios nas universidades, na profissão... Enfim, como que você encara isso?*

MTMK: A minha primeira apresentação na Anpocs e na Lasa [*Latin American Studies Association*] foi no grupo de Mulher e Política por conta da minha ligação tanto com a Fanny Tabak, quanto com a Heleieth Safiotti. Conheci as feministas históricas do campo que militaram pelo reconhecimento da mulher: Eva Blay, Eleonora Menicucci, Lourdes Bandeira, Lúcia Avelar dentre outras que abriram caminho para uma maior igualdade de participação da mulher na vida acadêmica. Hoje, essa pauta avançou e deu à mulher um maior protagonismo na vida acadêmica e na vida social também. Ainda falta muito a ser conquistado e o assédio nas universidades e uma questão que precisa ser combatida com vigor. Quanto às cotas, apesar do número de mulheres representantes no legislativo aumentar muito lentamente no Brasil, já existe uma discussão que não se resume apenas à questão numérica, mas também a uma representação mais substantiva das mulheres. A mulher tem uma inserção cada vez maior no mercado de trabalho; apesar das diferenças salariais, conseguiu a liberdade sexual e hoje tem um papel importante na sociedade. Pensando no tipo de criação que tive e no começo de minha carreira na universidade, houve muitos avanços na trajetória de libertação e igualdade de gênero. Os movimentos feministas foram e são importantes no sentido de defender o protagonismo da mulher e de eliminação das desigualdades de gênero. A Lei Maria da Penha foi um importante avanço no combate à violência contra a mulher. Estes avanços na defesa dos direitos da mulher são muito importantes para que deixe de ter uma posição inferiorizada na sociedade.

CA: *E você acha que a Ciência Política tem uma responsabilidade com esse avanço enquanto campo?*

MTMK: Acho que tem. Hoje, existe toda uma movimentação na América Latina. A Flávia Freidenberg, cientista política que atualmente trabalha no México tem uma militância muito grande na área. Coordena dois *sites*: + Mulher + Poder e outro *Red de Polítólogas*, específicos sobre a questão da representação política da mulher na América Latina. No Brasil, também as cientistas políticas têm se movimentado no sentido de conseguir mais espaço no mundo acadêmico. A eleição de uma chapa para a diretoria da ABCP composta de muitas mulheres é representativa destes avanços.

CA: *E em vários outros temas, inclusive.*

MTMK: E em outros temas. Uma representação mais igualitária poderia resultar em políticas públicas mais substantivas para as mulheres A minha pergunta é: Por que as mulheres não têm protagonismo na representação? A representação é baixa? Sim, é baixa, mas quais as comissões que estas mulheres ocupam? Qual o papel que o partido reserva para essas mulheres? Ela vai lá para a comissão de Assistência Social, de Educação, um pouco para a Saúde. Mas não vai para a Comissão de Finanças, de Constituição e Justiça. Enfim, naquelas comissões que são mais importantes, que

definem as decisões do congresso ou das assembleias legislativas – na câmara menos ainda, porque têm poucas mulheres –, as mulheres têm pouca participação. Acho importante que a Ciência Política mostre qual é o papel delas nas instituições representativas e no sistema partidário. Se, hoje, a mulher tem alguma expressão nas grandes empresas com capacidade decisória, no caso das instituições representativas, talvez até nos conselhos, elas têm pouca participação no sentido de participação efetiva na tomada de decisão nas questões públicas. E a Ciência Política tem um papel muito importante para que a mulher possa avançar no processo de decisão de políticas públicas.

CA: *Para fechar, Teresa, quais são os nossos desafios no campo da Ciência Política brasileira?*

MTMK: Hoje, nossos desafios são entender a nova situação política do Brasil. Acho que tudo que se escreveu, o sistema político brasileiro terá de ser repensado. Parece, não sei o que vai acontecer no governo Bolsonaro, mas é uma proposta de mudança radical. Por exemplo, todo mundo está dizendo que não, que ele vai ter que lidar com os partidos, que presidencialismo de coalizão é forte, mas ele está tentando trabalhar com bancadas temáticas. Se as bancadas temáticas tiverem um papel, qual será o papel dos partidos dentro das bancadas temáticas? Se este processo não funcionar, como os partidos e representantes vão atuar nesta nova configuração governamental? Esse é um problema para a Ciência Política entender também. Não adianta ficar falando que o povo não votou certo, que foi iludido pelo *Whatsapp*... Tem alguma consistência nessa decisão. Acho que quando falamos isso, subestimamos a capacidade da população; ao subestimar a capacidade da população, você está fazendo uma interpretação que pode levar a outros erros. As políticas sociais dos governos anteriores foram importantes e promoveram uma espécie de conscientização da população brasileira no sentido de novas demandas. As demandas deixaram de ser individuais e passaram a ser demandas públicas na área de segurança, infraestrutura – água e esgoto –, saúde e educação. Estas demandas precisam de um pouco mais de conhecimento profundo do Brasil que não tem água, não tem esgoto, não tem moradia, não tem o que comer. Precisamos saber um pouco mais do que essa população necessita. A questão da corrupção também foi um elemento importante na decisão do voto do eleitorado e na rejeição aos políticos e à política. Os cientistas políticos brasileiros precisam refletir sobre a eleição de 2018 e os motivos que levaram à eleição da direita e de um partido praticamente inexistente, o PSL [Partido Social Liberal], que elegeu a maior representação na Câmara e o presidente da República, praticamente destruindo o sistema partidário brasileiro.

CA: *Vai ter tempo ainda para pensarmos.*

MTMK: Com certeza e o início do novo governo já aponta para o papel que os cientistas políticos brasileiros deverão ter ao longo deste período.

CA: *Acho que são várias coisas, e isso também...*

MTMK: Especialmente na questão dos costumes, dos direitos sociais e do meio ambiente.

CA: *Você gostaria de fazer mais alguma consideração para a ABCP da pesquisa, algum outro comentário?*

MTMK: Acho importante a pesquisa que a ABCP está fazendo no sentido de conhecer melhor o papel da mulher na Ciência Política brasileira que é pouco conhecido, apesar de termos muitas mulheres que trabalharam efetivamente para a consolidação da Ciência Política no Brasil.

CA: *Muito obrigada Teresa!*

MTMK: Obrigada!